



## **Comunicação popular a serviço da cidadania: Uma análise do site Bab na comunidade do Antônio Bezerra<sup>1</sup>**

Cristiane Alves Costa Rodrigues<sup>2</sup>

Henrique Pereira Rocha<sup>3</sup>

Faculdade Cearense, Fortaleza, CE

### **RESUMO**

Este artigo objetiva apresentar o desenvolvimento de uma investigação que analisa como a comunicação popular contribui para a formação cidadã, a partir do estudo de caso do site “Bab”, produzido no bairro Antônio Bezerra, em Fortaleza, Ceará. A pesquisa teve início com a fundamentação teórica dos conceitos de comunicação popular e imprensa alternativa para a compreensão de como estas práticas são utilizadas como instrumento de modificação social, consciência crítica e exercício da cidadania. Expomos os resultados iniciais de nossa observação de campo e das entrevistas realizadas. Percebemos que tal prática de comunicação popular tem sido possível através da expansão do acesso à internet que propiciam os recursos necessários para a comunidade produzir e difundir seus próprios conteúdos informativos.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunicação popular; imprensa alternativa; cidadania.

### **Introdução**

A comunicação popular a serviço da cidadania torna-se um meio inerente para fomentar a participação popular, processo este que anteriormente era dominado pela grande mídia, excluindo muitas vezes a divulgação de assuntos locais por padrões editoriais e pela limitação de espaço e tempo, que visam à audiência e o lucro. Os veículos populares surgem pela vontade da criação dos discursos próprios, sem filtros e intermediários, tratando-se de um canal para a democratização do acesso a produção da comunicação.

O indivíduo inserido no contexto de produção da informação quebra um costume que Paulo Freire chamou de “cultura do silêncio”, ou “cultura da submissão”, o cidadão ausente sem voz e sem vez. No processo social o sujeito deixa seu papel de figurante,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 14 a 16 de junho de 2012.

<sup>2</sup> Estudante do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Faculdade Cearense -FAC, email: crisalves1404@gmail.com.

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Faculdade Cearense -FAC, email: henrique@faculdaescearenses.edu.br.



consolidando-se como autor, passando a valer-se como ativo na perspectiva de mudança social. Com o exercício da construção do que será a informação a comunidade promove a discussão dos problemas do grupo, em busca da construção coletiva por melhores condições de vida e chamando a atenção dos órgãos públicos responsáveis.

O presente artigo apresenta os principais resultados da pesquisa, em desenvolvimento, sobre comunicação popular a serviço da cidadania, trazendo dados observados sobre o tema investigado para discussão. A pesquisa expõe principalmente a fundamentação teórica que apoia a análise do processo comunicativo estudado, tratando dos conceitos de comunicação popular, imprensa alternativa, participação, cidadania e acesso à internet.

Como objeto de estudo utilizamos o site do Bairro do Antônio Bezerra, localizado na periferia da cidade de Fortaleza, conhecido comumente na comunidade como “Bab”. O site lócus do estudo é apresentado através da descrição dos principais resultados e análises preliminares dos dados coletados. O estudo tem como norte a observação de como a comunicação popular inserida no contexto da produção participativa na comunidade fomenta um ambiente propício para o desenvolvimento da cidadania.

Ainda tratamos neste estudo, de como as comunidades aderiram ao uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e da internet para criar seu veículo comunicacional passando a possuir voz e vez. A disseminação dos recursos digitais quebra a barreira de uma comunicação vertical dando oportunidade para um amplo debate. Outro ponto que abordaremos será o acesso a internet no contexto atual e como a comunidade estudada vem enfrentando esta barreira para sua plena efetivação.

### **Comunicação Popular e Imprensa Alternativa no contexto das comunidades**

A comunicação popular tem seu apogeu nos movimentos populares das décadas de 1970 e 1980 no Brasil e na América Latina como um todo, como afirma Peruzzo (2006a), sendo caracterizado por ser um movimento de resistência ao status quo, de conscientização política e organização para transformação da sociedade capitalista. Representa os processos de comunicação que emergiram da ação dos grupos populares pela busca da democracia e por melhores condições de vida. De acordo com a autora a comunicação pode ser vista como “um instrumento político das classes subalternas para



externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa” (PERUZZO, 2006a, p. 4).

No campo da comunicação, a designação popular é caracterizado por teóricos como Peruzzo (1998) e Festa (1986) como um produto de “comunicação do povo”, feita pela comunidade por meio de suas organizações e movimentos emancipatórios que vão desde a literatura de cordel até a comunicação comunitária. Esta modalidade de comunicação está relacionada com as organizações dos movimentos sociais vinculados às classes subalternas, ou simplesmente ligadas a “luta do povo”, representada nos ideais baseados como “libertadora, revolucionária, portadora de conteúdos críticos e reivindicatórios capazes de conduzir à transformação social” (PERUZZO, 1998, p. 119), caracteriza um espaço próprio, não contradiz a comunicação massiva.

Dessa forma, como afirmam Deliberador & Vieira (2005), a comunicação popular constitui uma forma democrática e contextualizada, em que emissores e receptores têm papel ativo na produção, onde há uma dinâmica de papéis constante para se efetivar o ideal comum. Os autores destacam que em suas produções se observa o recurso democrático através de um

marcante caráter político, reivindicatório e engajado, trabalhando com conteúdos crítico-emancipatórios a fim de possibilitar uma real conscientização e transformação da comunidade em questão ante as desigualdades sociais, com base em sua organização e educação. (DELIBERADOR & VIEIRA, 2005, p. 347)

A comunicação popular, segundo Peruzzo (2006a), seria um ambiente fomentado para desenvolver a consciência social e política nas comunidades como uma “expressão de segmentos excluídos da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política” (PERUZZO, 2006a, p. 2). Sua prática propõe o exercício da liberdade de expressão, oferecendo conteúdos com visões diferentes da que a grande mídia costuma enfocar. Deve anexar os princípios públicos tais como não possuir fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos que desenvolvam o pensamento crítico tendo por finalidade a promoção da educação, cultura local e ampliação da cidadania, de modo a contribuir para a transformação social. O diálogo, a livre expressão de idéias, as formas de participação, a comunicação e a valorização das identidades e culturas são elementos significativos contidos no processo. A comunicação fomentada na comunidade é concebida como alternativa,



porque de fato se constitui como tal, por apresentar conteúdos diferenciados da grande mídia com uma preocupação em relação à esfera de interesse micro. Contudo, nem sempre as produções alternativas são produzidas pela comunidade.

Historicamente, a imprensa alternativa desenvolveu-se a partir da abertura política de 1979, através dos vieses de lutas sociais formando associações e organizações, com o caráter popular, agregado novos discursos vinculados a partidos políticos e sindicatos com ideais culturais, liberdade de imprensa e lutando por melhores condições de vida. (PERUZZO, 1998) Apesar de suas limitações os alternativos tinham o intuito de comunicar e contextualizar os acontecimentos pautados nas esferas sociais da época configurava-se como “espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político” (FESTA, 1986, p. 16). Este quadro de busca de construção de um espaço próprio e de criação de uma outra comunicação como alternativa para a população é observado até hoje em suas publicações. Na atualidade, temos vários veículos alternativos que se configuram como uma comunicação contra-hegêmica da mídia convencional, com o intuito de combater o discurso dos grandes veículos de comunicação, sendo denotados como uma alternativa de leitura por apresentar o outro lado da história, com formas diferentes de produção, formato e no conteúdo. Alguns exemplos estão nas produções como no caso da agência de notícias Boa Notícia<sup>4</sup>, que divulga informações de caráter positivo promove a cultura de paz, e a Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina<sup>5</sup>, que publica conteúdos voltados para os direitos humanos na América Latina.

Adotados neste estudo os conceitos de comunicação popular e imprensa alternativa, considerando o caráter da pesquisa de investigarmos como a produção comunicacional inserida na comunidade do Bairro Antônio Bezerra, através do site “Bab” ([www.bairoantoniobezerra.com.br](http://www.bairoantoniobezerra.com.br)), contribui para a formação cidadã dos indivíduos. As autoras de referência neste estudo, Peruzzo e Festa, atestam que a comunicação popular alternativa como a produção comunicacional sendo utilizado para conscientizar, mobilizar, criar condições de educar os cidadãos politicamente, além de informar e dar espaço para as manifestações culturais do povo. Neste cenário, as comunidades buscam dar visão e construir canais próprios de comunicação para contrapor-se a hegemonia do monopólio imposto pelas grandes corporações da

---

<sup>4</sup> Agência da Boa Notícia - [www.boanoticia.org.br](http://www.boanoticia.org.br).

<sup>5</sup> Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina - [www.adital.com.br](http://www.adital.com.br).



comunicação, que apesar de serem veículos de caráter público limitam o espaço de participação.

### **Participação e internet recursos para o exercício da cidadania**

A comunicação desenvolvida na comunidade fomenta a participação dos indivíduos na vida pública por melhores condições de vida, com vistas à conquista da cidadania, ampliando assim o poder social do grupo. Sem a comunicação, o processo de participação não se efetiva, pois de fato a intervenção dos indivíduos na tomada de decisões em nível de comunidade e sociedade requer dois pilares básicos comunicativos apontados por Bornevare (1983) como: a informação e o diálogo. A verdadeira comunicação não está ligada a um processo vertical onde um emissor fala e um receptor escuta, mas por indivíduos ou comunidades que compartilham experiências, conhecimentos e sentimentos independentes dos meios. De acordo com Demo, a participação “não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. A participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada” (DEMO, 1988, p.82).

Demo (1988) e Peruzzo (1998) ressaltaram os objetivos da participação como a autopromoção, a realização da cidadania, o controle do poder, a moderação burocrática, a prática da negociação, a construção de uma cultura democrática, a abertura e manutenção de canais e a socialização da informação e do conhecimento. Os postulados dos autores foram concebidos durante o momento histórico marcado pela luta da democratização do Brasil e consolidação dos direitos civis, dentre eles, o direito à comunicação. Entretanto, esta luta pela participação, integração social e abertura dos canais de comunicação para a comunidade, perpetua até os dias atuais.

Para avaliarmos como a participação na comunicação desenvolve a consciência cidadã na comunidade, utilizamos a concepção de cidadania aplicada nesta pesquisa a partir da compreensão de algo que se conquista a partir de seu próprio desenvolvimento, através de sua capacidade de organização, participação e intervenção social através da comunidade, é um processo histórico que se constitui de acordo com a sociedade e o tempo na qual se desenrola as discursões. O termo cidadania desenvolveu-se a partir do princípio de igualdade entre todos os indivíduos que habitavam o mesmo território, fundamentado nos aspectos ligados a inclusão social, vida digna, coletividade, colaboração, acesso a educação, respeito e justiça.



Para Marshall (1967), a cidadania se promulga em três dimensões sendo a política, que expressa o exercício do poder; a civil, que diz respeito à liberdade individual; e, social, concretizando-se na liberdade de opinião e expressão, de participação política e no acesso aos bens necessários a vida e em seu desenvolvimento intelectual. O autor considera que o status de cidadão é atribuído a todos os membros integrais de uma comunidade. Se por um lado a cidadania é um direito, por outro, corresponde à incapacitação política dos cidadãos pela razão do acesso aos meios de desalinhamento e compreensão social. O desenvolvimento da qualidade de vida na comunidade com diz com a ampliação do poder de cidadania do grupo que implica na participação política, desde a formação de associações ao engajamento nos órgãos públicos, igualdade ao acesso a bens culturais e econômicos, além de poder de usufruir do gozo das riquezas produzidas socialmente por meio da saúde, transporte, educação, comunicação, segurança e etc.

Na relação entre comunidade, comunicação e cidadania o indivíduo que se encontra presente neste contexto passa a ser posicionar como agente ativo em seu papel de cidadão. A comunicação produzida pela comunidade passa a possuir não apenas um caráter reivindicatório, mas educativo, não só por fazerem parte de um processo de organização na comunidade, mas através de seu canal de comunicação com suas práticas e conteúdos carregados de informações culturais. A dinâmica inserida neste contexto facilita a compreensão não só do fazer comunicacional, como dos mecanismos da estrutura do poder, esclarece seus direitos além de discutir os problemas locais a fim de cobrar do poder público soluções. O caráter educativo da comunicação é ressaltado como

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa torna-se *sujeito* de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem estar em bancos escolares. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele. Tende a agregar novos elementos à sua cultura. (PERUZZO, 2002, p.10)

A comunicação popular a serviço da cidadania torna-se um meio inerente para fomentar a participação na comunidade, processo este que anteriormente era dominado pela grande mídia, excluindo muitas vezes a divulgação de assuntos locais por padrões editoriais, que visam à audiência e o lucro. A comunidade e seu processo participativo através não só da comunicação, mas das tomada de decisões e do amplo debate prepara



o indivíduo para a participação no nível de sociedade. No processo do Estado democrático a participação está ligada na garantia nos direitos dos indivíduos assegurados pela cidadania devendo estar permeadas nos requisitos que Bucy e Gregson (2000, apud GOMES, 2005) discorrem como sendo necessário para sua efetivação um conhecimento político estrutural e circunstancial, além de um estoque apropriado de informações não distorcidas e relevantes, suficientes para habilitar o cidadão a níveis adequados de compreensão de questões, argumentos. Os autores ainda advertem que para a concretização da cidadania pessoal a possibilidade dos cidadãos possuírem o acesso a debates públicos já começados e a possibilidade de iniciar novos debates desta natureza, além da oportunidade de participação em instituições democráticas e a oportunidades de participação da esfera civil através de representantes (em níveis local, nacional ou internacional) ou de cobrar de seus representantes a prestação de conta.

Desta forma, a participação é o agente modificador da realidade local, afirmando seu valor através do engajamento do indivíduo na comunicação popular. O conhecimento não está somente no conteúdo transmitido, mas na mudança de comportamento, nem na destreza que se adquire como treinamento, a participação é o envolvimento no grupo, “parece que só se aprende a participar, participando” (BORNEVARE, 1983, p. 74). Assim, quanto mais ampliada a inclusão da comunidade nas tarefas comunicacionais maior será a efetivação da cidadania, tornando-se sujeitos e não objetos na história. No veículo comunitário as possibilidades de participação são múltiplas, podendo ser gestadas em diferentes formas, mas sempre visando o engajamento. Peruzzo (1998) caracteriza algumas das possibilidades que podem ser exercidas pelos indivíduos como a partir da recepção de conteúdos, na participação nas mensagens, na produção e difusão de mensagens, materiais e programas, no planejamento e na gestão.

A participação fomentada em quaisquer níveis contribuem para ampliar a visão da comunidade em relação à sociedade e ao mundo midiático, desmitificando os meios de comunicação de massa e seus processos. Este processo de mudança comportamental começa por um processo de tomada de consciência pelo qual “os indivíduos adquirem uma vivência real de sua situação e de seu destino no universo social e político que os rodeia, elaboram e definem uma imagem de seus autênticos interesses e os contrastes, analiticamente, com a ordem social, política e econômica” (Utria, 1969, apud Peruzzo, 1998, p.146).



A partir da primeira década do século XXI as comunidades obtiveram sua ascensão na internet por meio da Comunicação Mediada por Computador, através de sua influência na sociedade e na vida cotidiana, os indivíduos passaram a ser organizar de uma nova maneira surgindo as “comunidades virtuais”. De acordo com Rheingold (1996, apud RECUERO, 2005) nessa forma de interação grupal as pessoas estariam buscando outras maneiras de se socializar e formar novos tipos de comunidade sendo geridos a partir de uma quantidade suficiente de indivíduos, com a partilha de discursões públicas durante um tempo determinado, com sentimentos de pertença, formando redes sociais de relações pessoais no espaço cibernético. A internet passa a ser não só um lugar para as pessoas se encontrarem, mas um meio para se atingir diversos fins. A participação das comunidades virtuais é defendida por Lévy (2002) como um estímulo a formação de inteligências coletivas, às quais, os indivíduos recorrem à troca de informação e conhecimentos configurando se numa partilha de sabedorias, funcionando ainda como filtros que ajudam a lidar com o excesso e informação contido na rede.

Os movimentos sociais ao longo da história sempre buscaram incorporar canais de expressão que possibilitassem a ampla liberdade de expressão, para tanto, necessitavam do domínio de “técnicas (de produção jornalística, radiofônica, estratégias de relacionamento público etc.) e de tecnologias de comunicação (instrumentos para transmissão e recepção de conteúdos etc.) para poderem se fortalecer e realizar os objetivos propostos” (PERUZZO, 2004, p.1). Desse modo, a forma de fazer comunicação vêm se reinventado e acompanhando as inovações tecnológicas sociais. Os atores sociais passaram empregar a internet amplamente em 1999, como afirma Moraes (2002), quando a organização francesa Association pour la Taxation des Transactions pour l’Aide aux Citoyens (ATTAC) promoveu, em Paris, um encontro internacional para debater alternativas de atuação para movimentos sociais em escala mundial. Para Paiva (1998), o surgimento das novas tecnologias possibilitou a revisão do uso dos veículos comunicacionais tradicionais para os movimentos, que pode ser observada pela ampliação do acesso a internet.

Deste marco até a atualidade, os movimentos sociais, a comunidade e o cidadão praticam um ativismo social através das técnicas e ferramentas comunicacionais para ter voz e dar voz aos anseios da sociedade, enquanto um “canal público de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para disseminar informações e análises que contribuam para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de



hegemonias constituídas” (MORAES, 2002, p. 8), são webrádios, webtv’s, videologs, podcats, revistas online, agências de notícias, sites e blogs. Outro ponto que levou a imprensa alternativa a aderir ao uso da internet é o custo reduzido por meio de uma independência financeira e de relações de trabalho e consumo. Caires (2009) distingue como características para a utilização da rede nos movimentos sociais recentes a desterritorialização, descentralização, ampliação do alcance, interatividade, sem filtros nem controles dando oportunidades as minorias ou excluído. São grupos de mídia independente que tentam “transformar alguma realidade social que considera inadequada ou injusta e/ou reivindicar direitos formalmente estabelecidos, mas que na prática não se dão: neste caso o direito à informação, à livre expressão e à comunicação” (CAIRES, 2009, p.12). Ao incorporarem novas ferramentas e suportes digitais os movimentos não só produzem conteúdos, “mas também novos procedimentos de ação na construção e difusão de mensagens, na socialização de conhecimento de técnicas, criação de códigos compartilhados de conduta e na instituição de novas relações sociais de produção” (PERRUZO, 2009, p.34).

Para Lévy (1999), o ambiente online constitui-se em uma ambiente de comunicação aberta pela interconexão mundial através de uma rede de computadores e do armazenamento de dados. O autor, já em 1997, presumia a valor do ciberespaço para a comunicação como “principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do início do próximo século” (LÉVY,1999, p.93). Para Moraes (2000), o termo concebe a dimensão da disposição da informação em qualquer espaço, variadas atividades e formas de expressão, de modo que “A cibercultura universaliza as visões de mundo mais díspares, os modos de organização social mais contrastante, as ambições mais difusas, sem favorecer pensamentos únicos ou domínios por coerção” (MORAES, 2000, p.142-143).

Neste contexto, a internet amplia a participação quando altera o sistema convencional de criação e divulgação da informação, que antes concentrava nas mãos dos profissionais vinculados à mídia tradicional, ao viabilizar a produção de conteúdos endógenos e sua transmissão, sem fronteira, pelos próprios agentes sociais, é a criação dos discursos nas mãos da comunidade. (PERRUZO, 2006b)



## **O site Bab: perspectivas de um veículo popular na internet**

A comunidade e os movimentos sociais do Bairro do Antonio Bezerra, objeto de nossa pesquisa, integrou-se a internet no ano de 2005 com a criação do site “Bab”. Veículo de comunicação popular pioneiro em Fortaleza pelo uso da internet como aliado pela busca da democracia nas comunidades, o site foi criado pelo morador Inácio Rocha para responder um questionamento de sua filha, que o perguntou sobre quem seria Mister Hull, personagem da história da cidade cearense que foi homenageado com o nome de uma avenida do bairro. Da pergunta de uma criança, surge o site “Bab” em ação conjunta do comunicador popular com a associação de jovens, para comemorar os 65 anos de existência do bairro. De acordo com Censo Demográfico de 2011, a comunidade conta com 25.846 habitantes, tendo um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,497, segundo dados do relatório realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará<sup>6</sup>, em 2008.

No site encontramos conteúdos dispostos em ícones que relatam sobre a história de Fortaleza e do bairro, agregam os serviços de utilidade pública com a divulgação das fotos de pessoas desaparecidas, lista de serviços comerciais do bairro, o que valoriza o comércio local e entrevistas com os artistas e moradores antigos. Ainda podemos encontrar fotos do bairro que em sua apresentação é comentada no tópico “Tour pelo Bairro: há tempos você não vem em nosso bairro ou mora recentemente no mesmo? Conheça as melhorias que aconteceram no decorrer dos anos”. Valorizando os moradores do bairro podemos citar as colunas de entrevistas e da garota e do garoto do mês, que valoriza a beleza anti-midiática dos jovens da comunidade.

Em relação ao conteúdo do site “Bab”, em grande parte, é produzido por Inácio Rocha, comunicador popular, que está à frente do site. De acordo com a entrevista<sup>7</sup> realizada com Rocha, ainda há a participação direta de alguns moradores que realizam a cobertura de matérias, e que através de um login fornecem sugestões de matérias e comentam as postagens, além dos oito colonistas que de acordo com suas especialidades de formação escrevem textos que por seus conteúdos consideraremos como artigos de opinião, com temáticas relacionadas com a segurança no trabalho, drogas, sexualidade dentre outros. Callado & Estrada (1985) ressaltam a importância do caráter proprietário e

---

<sup>6</sup> Relatório “Fortaleza em números – 2008”, da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará.

<sup>7</sup> Entrevista com Inácio Rocha, realizada em 14/04/2012, na sede do movimento Pró-Cultura, no Bairro do Antônio Bezerra.



necessário do veículo popular possuir uma liderança para gerir as ações. Já Paiva (2003), considera a participação na produção como “uma conquista a ser alcançada, o envolvimento de todo o grupo social, mesmo que existam na comunidade pessoas exclusivamente responsáveis pela montagem do veículo” (PAIVA, 2003, p.140). Neste caso há de se observar a manutenção de canais de participação aberto, onde a comunidade seja convidada a participar para que o veículo popular não acabe agregando a verticalidade dos discursos. Consideramos sobre esta discursão o pensamento de Peruzzo sobre participação que de acordo com a pesquisadora não está ligada unicamente a produção dos meios, “ela perpassa as relações interpessoais e grupais e ali ajuda a construir a base de nova cultura política” (PERUZZO, 1998, p.127).

A partir da observação e análise do conteúdo do site, observamos que o caso da produção de notícias prevalece as matérias pautadas no cotidiano do bairro, apesar de realizarem coberturas de eventos externos que se justificam pela abordagem diferenciada da informação. A diferença da comunicação popular para a comunicação massiva está na forma de abordagem, onde as matérias são contextualizadas e lembrada a opinião do morador local, que dificilmente estaria na grande mídia. Outro ponto a se destacar é a publicação dos fatos positivos, “que servem de estímulos para novas lutas e para mobilização dos leitores” (CALLADO & ESTRADA, 1985, p.46). No caso do “Bab” apontamos como exemplo a cobertura da greve dos policiais militares do Estado do Ceará ocorrida em Janeiro de 2012, que se concentrou no 6º Companhia do 5º Batalhão, localizado no bairro do Antônio Bezerra. Na cobertura dos grandes meios de comunicação destacava-se nas matérias a pouca amplitude e focada na insegurança que dominou a cidade. A divulgação do “Bab”, por sua vez, se deu de forma ampla com entrevistas, debates e com o acompanhamento integral deixando os moradores informados sobre o que se passava na comunidade, havendo um extenso acompanhamento através de vídeos postados, que totalizaram 8.507 acessos. Ainda vale ressaltar que por se tratar de um veículo online, as informações contidas nos vídeos do “Bab” servirão para informar não só os moradores da comunidade, mas a quem se interesse, em qualquer parte do globo.

Ainda podemos fazer referência a dois outros fatos que marcam o site “Bab” como veículo verdadeiramente cidadão como a matéria do “Aniversário do buraco da vergonha”, que através da participação concentrada de moradores reivindicaram do poder público a solução de uma obra inacabada abandonada durante 13 anos na comunidade. Utilizando a estratégia de um movimento concentrado em uma passeata e



de vídeos postados no site os moradores chamaram atenção chegando a pautar matérias nos jornais de grande circulação, tendo como consequência o atendimento do pedido. No mesmo sentido e utilizando o site como espelho para dar visão aos problemas e anseios da comunidade conquistaram a sinalização da Avenida Mister Hull, que por tempos foi causa de acidentes e mortes no bairro.

Para avaliarmos o material informativo das publicações do site realizamos a categorização presente no quadro abaixo, através da observação do conteúdo durante quatro meses, de janeiro a abril de 2012, que resultou na divisão em seis categorias. Consideramos como incluso no tópico educação, os conteúdos que abordaram um caráter educativo; na segurança, as matérias relacionadas a integridade física do cidadão e do patrimônio público do bairro; cultura, que valoriza as manifestações culturais populares; infraestrutura, as pautadas na oferta de serviços públicos para a comunidade; para o grupo de utilidade pública, os assuntos que de algum modo alertam a população para um determinado acontecimento que tem relação com seu bem estar. Ainda tivemos a necessidade de uma sexta divisão para assuntos variados que podem ser catalogados como eventos sociais na comunidade e datas de natalícios.

Temáticas	Educação	Segurança	Infraestrutura	Utilidade pública	Cultura	Sociais e Natalícios
Quantidade por mês	Jan: 3	Jan: 0	Jan: 6	Jan: 2	Jan: 1	Jan: 2
	Fev: 8	Fev: 3	Fev: 12	Fev: 7	Fev: 7	Fev: 7
	Mar: 3	Mar: 2	Mar: 10	Mar: 8	Mar: 2	Mar: 8
	Abr: 4	Abr: 0	Abr: 11	Abr: 6	Abr: 1	Abr: 6
Total	19	5	39	23	11	23

Tabela 1- Relação temática das matérias publicadas nos meses de observação do site.

Realizando uma análise preliminar da Tabela 1, observamos que o site do bairro do Antônio Bezerra de fato contribui para formação cidadã da comunidade tanto pela pluralidade dos assuntos pautados como por sua capacidade de alertar e abrir espaço para a população divulgar seus problemas. Como exemplo de seu caráter educativo, destacamos duas matérias: uma que alerta a população sobre os cuidados com a dengue, postada em 25/03/2012, intitulada “Blitz contra dengue”, que exaltou a importância com os cuidados com o lixo para prevenir a doença, e outra de caráter histórico com a postagem em 28/04/2012 da matéria “Saiba mais sobre o nome oficial do viaduto de nosso bairro”. Na área cultural o site “Bab” costuma divulgar não só os acontecimentos



culturais do bairro, mas de toda a cidade de Fortaleza. Ainda avaliamos o caráter informativo que não se restringe apenas ao bairro do Antônio Bezerra, mas contempla também as comunidades adjacentes.

### **Considerações finais**

Construir uma comunicação voltada para a criação do discurso comunitário como uma larga participação popular ainda é uma barreira a se ultrapassar na comunicação popular, com ênfase ao Bairro do Antônio Bezerra. A comunicação gerida na comunidade por tudo o que foi explanado neste artigo não só configura um processo de participação para a ampliação da cidadania, mas como representante pontual para a efetivação do Estado democrático. As camadas empobrecidas, as pequenas comunidades do país conquistam sua hegemonia, valorizam a língua local, sua identidade, o comércio local, a cultura e o poder de luta por seus direitos tornando-se verdadeiros cidadãos pela representatividade do nome como por sua concretização e conhecimento do ser. Vale salientar ainda, que para que tais práticas se configuram como um processo contínuo de aprendizagem a produção e participação devem estar sempre nas mãos da comunidade.

O emprego da internet como meio propulsor é evidente, contudo há de se fomentar alternativas que trabalhem a inclusão digital para que de fato a comunicação gerida online amplie sua dimensão. No caso do “Bab”, a ONG Grupo de Educação Ambiental (Gedan) trabalha a deficiência digital no grupo. Porém como toda iniciativa sem fins lucrativos possui suas limitações. A disseminação crítica das ferramentas digitais e da internet na comunidade está ligada diretamente com a questão da ampliação do conhecimento para a formação cidadã, que visa à aproximação dos indivíduos com conteúdos relativos à suas necessidades cuja sua apropriação facilitará na vivência diária e na interação com o Estado.

É através do ciberespaço que a comunidade pode se informar sobre o itinerário do ônibus, sobre pesquisas, censo ou estudos sociais, a prestação de contas do Governo ou as forma com que as comunidades do outro lado do planeta convivem, esta dimensão do conhecimento amplia não só a forma de percepção com sua realidade como com o mundo. Dessa forma, é relevante o postulado de Lemos (2005), onde considera que o fomento a inclusão digital na sociedade passou a ser considerado como um direito do cidadão e uma condição para viver numa sociedade em que a informação e a



comunicação é global. Este autor ressalta o dever do poder público de promover este conhecimento, onde “Incluir os cidadãos à era da informação passa a ser uma obrigação para os poderes públicos já que comumente associa-se inclusão digital como uma forma e inclusão social” (LEMOS, 2005, p.2).

Consideramos positivos os resultados que a comunidade obteve com a criação de um canal de comunicação próprio, tanto na valorização do local, quanto na abertura de espaço que já vem sendo visto na esfera política e do poder público como um movimento sério ligado a causas de mobilização social em prol da busca por melhores condições de vida e pelo exercício de sua cidadania. Ainda podemos fazer referência ao bairro do Antônio Bezerra como uma comunidade que substancia a força da organização do povo por suas causas e conquistas.

### **Referências bibliográficas**

BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (org.). Comunicação para a cidadania: temas e aportes teórico-metodológicos. 1. ed. São Paulo: INTERCOM, 2010.

BORDENAVE, Juan Diaz. O que é participação. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1988.

CAIRES, Luiza. Cidadania, movimentos sociais e comunicação alternativa pela internet: algumas questões na perspectiva do centro de mídia independente Brasil. Revista ALTERJOR. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP) Ano 01, 2009 – Volume 01 Edição 00. São Paulo

CALLADO, Ana Arruda. ESTRADA, Maria Ifnez Duque Estrada. Como se faz um jornal comunitário. Petrópolis. Vozes, 1985.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo, Cortez, 1998.

DELIBERADOR, Luzia M. Y.; VIEIRA, Ana C. R. Comunicação e educação para a cidadania em uma Cooperativa de Assentamento do MST. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/viewArticle/7004>> Acessado em: 01/02/2012.

DEMO, Pedro. Participação é conquista. São Paulo: Cortez, 1988

FESTA, Regina, SILVA Eduardo Lins da. Comunicação popular e alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986.



GOMES, Wilson. “Internet e participação política em sociedades democráticas”. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 27, ago. 2005, p. 58-78. Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/WilsonGomes.pdf> Acessado em: 15/03/2012.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LEMOS, André. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación. Vol. VIII, n. 6, Sep. – Dic. 2005.

MARSHALL, T.H (1967) Cidadania, classe social e status. Traduzida. De Porto Gadelha. RJ: Ed. Zahar.

MORAES, Dênis de. Ciberespaço e Mutações Comunicacionais. 2002. Disponível em: <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1596.html> Acesso em: 28/05/2009.

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos pela internet. Sala de Prensa, n 23, set/2000. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art156.htm>> Acesso em 09 jan 2008.

PAIVA, Raquel. O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Revisando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006a.

PERUZZO, Círcia M.K. Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e direito à comunicação. Revista Diálogos Possíveis. Ano5. N.2, julho /2006b.

\_\_\_\_\_. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. Revista PCLA, V.4n.1, out./nov./dez.2002. Disponível em: <<http://www.metodista.br/poscom/cientifico/publicacoes/docentes/artigos/artigo-0018>>. Acessado em 07/09/2011.

\_\_\_\_\_. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. 3 a.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. Revista Lumina. Vol. 1, Nº 1 (2004). Disponível em: <<http://www.metodista.br/poscom/cientifico/publicacoes/docentes/artigos/artigo-0019>> Acessado em: 12/09/2011.

RECUERO, Raquel. Comunidades em Redes Sociais na Internet: Um estudo de uma rede pró-ana e pró-mia. Faro, Valparaíso, v. 1, n. 2, 2005.